

REFLEXÃO DOCENTE SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CONTEXTOS FORMAL/INFORMAL NO MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO – RN: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS(AS)

Tiago da Silva Bezerra¹

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e atua na função de professor pesquisador do Grupo Texto Livre da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Diversidade (NEGÊDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

tiagodasilva.bezerra@yahoo.com.br

Resumo: A educação inclusiva em Pedro Velho – RN é uma realidade que não difere do quadro escolar brasileiro. Nesse sentido, o estudo foi realizado durante quatro aulas do componente curricular educação inclusiva da graduação em Pedagogia da FACEN. Consistiu numa pesquisa qualitativa e exploratória por meio das técnicas de observação, registro e análise dos dados coletados e os objetivos foram: a dupla ligação entre a educação formal/informal e educação inclusiva, as metodologias de ensino e os desafios da docência.

Palavras-chave: Educação, Metodologia, Inclusão, Aprendizagem

1.Introdução

Ao abordar sobre a questão da inclusão no contexto educacional brasileiro, em especial na cidade de Pedro Velho-RN, se concluiu que a concepção de educação em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 em seu Art. 1 afirma que, esta concepção está ligada as várias instâncias sociais nas quais a humanidade está inserida.

Partindo deste princípio norteador foi que a inclusão no município supracitado, estava sendo concretizada lentamente pela gestão pública municipal. Prova do fato abordado decorreu que na praça da cidade em que está nas proximidades da rodoviária, existe a acessibilidade aos cadeirantes. Nesse sentido, a complexidade desta realidade de caráter educacional demandava que todos os sujeitos envolvidos neste processo, especificadamente o professor necessitava articular estas questões ao processo de formação inicial de professores na educação básica.



Diante da assertiva mencionada decorreu o fato de que o(a) pedagogo (a) em formação inicial deveria estar preparado para atuar tanto na educação formal quanto informal por meio de práticas pedagógicas que consideravam a associação entre currículo e realidade ao entorno da escola.

2.Objetivos

Os objetivos desta pesquisa foram entender concretamente esta dupla ligação entre a educação formal/informal e a educação inclusiva por meio da formação inicial destes alunos no contexto da diversidade escolar, uma vez que tinha implicações nas práticas didático-pedagógicas.

Dessa forma, todas as discussões proferidas possibilitaram concluir que o processo de inclusão estava associado à formação inicial destes estudantes, mas também ao envolvimento de outras instâncias sociais, em especial a família porque era fundamental o diálogo entre pais e/ou responsáveis.

Além disso, a possibilidade de entender que a função social do professor consistiu no desenvolvimento de metodologias voltadas para os variados contextos socioculturais em que os discentes estavam inseridos, como também compreender que os desafios da docência foi uma reflexão que denotou na sua ressignificação no contexto escolar.

3.Metodologia

Nesse sentido, a pesquisa foi qualitativa e exploratória através das técnicas de observação, registro e análise dos dados coletados. Em se tratando da técnica de observação e registro cuja realização ocorreu durante o componente curricular educação inclusiva, se verificou que muito precisava ser planejado e executado na cidade em discussão pelo fato de que, quando se tratava do contexto educacional no qual a organização e sistematização dos conteúdos estudados, eram realizados pelo docente da educação básica, variadas questões deveriam ser consideradas.

Quanto à análise dos dados coletados, por sua vez, decorreu que também muito precisava ser realizado neste município no tocante a educação informal, pois foi necessário levar cidadania e dignidade aos alunos no sentido de melhorar significativamente a formação inicial de docentes para os contextos educacionais supracitados e sua intrínseca ligação no planejamento, execução e avaliação das metodologias de ensino desenvolvidas.

4.Resultados

Em meio a toda esta constatação, foi possível entender que a infraestrutura fora do contexto escolar deveria ter avanços quanto ao seu planejamento e execução pelo poder público e outros sujeitos envolvidos no processo de formação de cidadãos que perpassava o contexto escolar. Para exemplificar concretamente, se relacionava ao



local próximo da rodoviária no qual existe acessibilidade, bem como outras questões inerentes aos processos de ensino-aprendizagem (professores capacitados e funcionários que deveriam levar em conta principalmente estes discentes), pois as autoridades competentes deste município precisavam considerar esta demanda educacional.

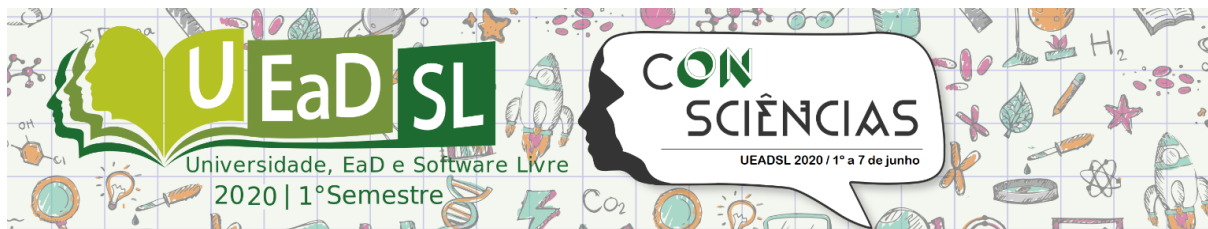
Todas estas constatações partiam de aspectos relacionados à gestão educacional democrática na qual levou em conta as especificidades educacionais que vivem na cidade. A educação inclusiva nesta realidade escolar teve como eixo central a família e seu constante diálogo no tocante ao fato de que o respeito possibilitou a diminuição dos preconceitos e estigmas existentes na sociedade brasileira de acordo com Freire (1996).

Nesta situação, a gestão escolar necessitava articular a ideologia que vigora na sociedade que tem impactos negativos na vida das famílias nas quais existiam indivíduos com variadas deficiências por meio de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas. Em meio as evidências, decorreu o fato de que inexistiu a possibilidade de acontecer reuniões com estas pessoas devido à falta de conscientização das famílias que tem filhos com deficiência e acarretou em prejuízos na frequência assídua dos pais e/ou responsáveis, uma vez que agravava a realidade na educação destas pessoas que também tem os mesmos direitos que quaisquer outros estudantes que não apresentavam deficiências. Infelizmente, foi constatado que se a reunião tratasse da suspensão do Programa Social Bolsa Família a frequência dos pais e/ou responsáveis ocorria sem nenhum problema que comprometesse as realidades de cada família.

Em termos concretos, a formação integral do discente passava no seu contexto familiar que apresentava traços da cultura social que vigora na contemporaneidade. Na formação inicial de docentes se tornou possível que estes preconceitos e estigmas que eram evidentes nos comportamentos e atitudes nos quais estavam nas relações de convívio social

Muitos discentes do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Educacionais e Empresariais (FACEN) abordaram que ao se depararem com informações sobre deficiências, mudaram significativamente seus pensamentos e o professor responsável por este componente curricular em discussão também abordou que antes de sua formação inicial tinha um pensamento muito negativo sobre estes alunos, mas que ao cursar o componente curricular equivalente ao lecionado, modificou totalmente sua visão porque entendeu que diferenças não são barreiras culturais, mas que estavam permeadas de valores, crenças e princípios norteadores de um determinado grupo inserido na sociedade que deveria ser respeitado segundo Miranda e Filho (2012).

Além disso, esta mudança na mentalidade de alunos e docente se tornou evidente e real devido ao fato de que currículo, metodologia e avaliação deveriam ser redimensionadas visando uma aprendizagem significativa. Caso contrário, seriam perpetuadas práticas pedagógicas tradicionais que desvalorizavam o potencial cognitivo, afetivo, intelectual e social destes educandos conforme Nunes e Silveira (2015, p.14-22). Nesse sentido, foi abordado na seção correspondente às metodologias de ensino voltadas para cegos, surdos e deficientes intelectuais que cada demanda escolar deveria ser considerada e ao mesmo tempo que os conteúdos



escolares fossem ensinados numa perspectiva inclusiva porque as relações de convívio social exerciam um papel fundamental no desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas em conformidade com Moreira (2011, p. 25-29).

Do ponto de vista prático não era somente pensar em metodologias de ensino direcionadas exclusivamente para a inclusão destes alunos, mas também fazer uma análise da realidade na qual estes alunos estavam inseridos. Ao abordar este aspecto em particular, ficou compreendido que, todos os dados coletados possibilitaram entender, refletir e redimensionar o processo de ensino-aprendizagem no que tange as políticas públicas votadas para esta modalidade da educação básica. Nesse sentido, 2 (dois) aspectos muito importantes, foram bastante discutidos, visto que o primeiro deles tinha relação com a ausência de professores intérpretes de libras, como também a variedade de materiais pedagógicos no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em se tratando da ausência de professores na língua brasileira de sinais, ficou concluído que inexistiam docentes especializados para atuarem nas salas de aula, pois constituiu numa questão muito séria e que exigiu o estabelecimento de políticas públicas voltadas para esta modalidade educacional

Nesse sentido, a lei nº 10.436/02 prescreve que a língua brasileira de sinais consiste num meio legal de comunicação e expressão dos alunos que apresentam surdez. Essa língua necessitava ser difundida, bem como seu uso deveria ser apoiado no contexto educacional.

Somado a tudo isto, estava o fato de que sua incorporação precisava ser principalmente nos cursos de graduação em pedagogia e outras licenciaturas, especificadamente nos institutos e universidades federais do território brasileiro. Diante destas evidências, ficou entendido que a inclusão demandava aspectos, por meio dos quais, necessitavam ser repensados os cursos de graduação com habilitação em licenciatura. Esse fato descrito foi abordado durante as aulas lecionadas, pois considerou que o professor necessitava ter formação inicial sobre a respectiva lei em vigência nacional.

Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) necessitava ser efetivamente repensado por meio de profissionais especializados nos quais, abordavam temáticas que estavam relacionados não apenas as metodologias de ensino, como também na função social da docência em meio a diversidade cultural em discussão. Isso se relacionava as famílias destes alunos que precisavam ser esclarecidas, possibilitando numa convivência harmoniosa com estes estudantes e o redimensionamento das práticas pedagógicas dos docentes por meio da autorreflexão de acordo com Vygotsky (1989, p. 89-103).

Em termos concretos, deveria estar associado à realidade na qual a inclusão nesta cidade consistiu numa realidade que necessitava promover cidadania e dignidade aos alunos que precisavam percorrer o município de Pedro Velho – RN e esta realidade deveria ser considerada no currículo escolar.



5. Conclusões

Em meio as discussões proferidas foram consideradas os eixos de formação inicial de professores, assim como os contextos escolares e extraescolar no processo de práticas pedagógicas de caráter inclusivo. Dentro desta perspectiva, não bastava somente formar docentes por meio de conhecimentos associados a educação inclusiva, mas também articulá-los à realidade deste município, tendo em vista que o aperfeiçoamento das práticas didático-pedagógicas seria repensado, levando em conta esta realidade.

Para exemplificar inexistiam profissionais para atuar juntamente com o professor no contexto escolar, no caso o intérprete de libras e o professor para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse sentido, ficou a reflexão diante do contexto social apresentado: Que tipo de professor queremos para o século XXI em meio aos desafios que perpassavam o contexto de formação inicial em discussão?

6. Referências

- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- _____. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei mº 10.436, de 24 de abril de 2012 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art, 18 da Lei mº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães e FILHO, Teófilo Alves Galvão (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, valores e lugares**, Salvador: EDUFBA, 2012.
- MOREIRA, Marcos Antonio. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. **Aprendizagem significativa em Revista/ Meaningful Learning Review – V1 (3)**, 2011, p. 25-29.
- NUNES, Ana Ignez Belém Lima e SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da Aprendizagem. In:_____. **A teoria comportamental** 3ºed. revisada EDUECE: Fortaleza, 2015, p. 14-22.
- VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. In:_____. **A interação entre aprendizagem e desenvolvimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1989 p. 89-103.

